

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE**Notas Explicativas da Administração às****Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2019 e de 2018**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGEFEPE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

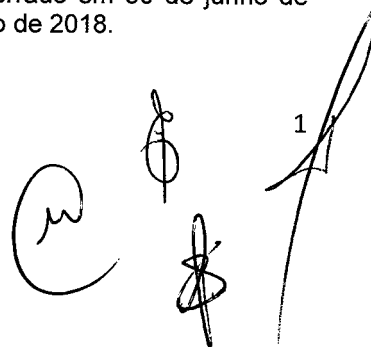
A **AGEFEPE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional - CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2019, data de encerramento do semestre, e comparadas com o mesmo período de 2018.



As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de "A" até "H". Aquelas classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
- 20% para sistema de processamento de dados.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do semestre findo em 30.06.2019 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipos de provisão para contingências.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

3. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2019 e 2018 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Jun/2019	Jun/2018
Curto Prazo (para negociação)		13.788	16.892
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	13.788	16.892
Longo Prazo (mantido até o vencimento)			
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	4.079	3.837
TOTAL		17.867	20.729

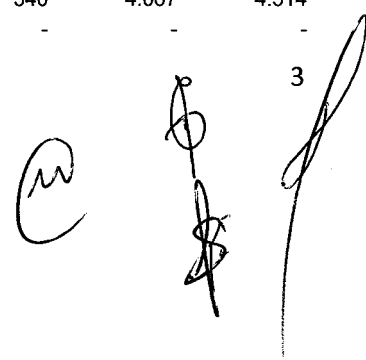
4. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

4.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

	30.06.2019				30.06.2018			
Setor Privado	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Outros Serviços	7.073	110	18.913	26.096	1.078	739	17.693	19.510
Set publ munic	-	-	-	-	-	5	-	5
Indústria	2.556	25	3.725	6.306	15	28	8.235	8.278
Comércio	463	196	3.003	3.662	106	340	4.067	4.514
Set publ estad	2	-	-	2	-	-	-	-



Pessoa Física	172	194	14	380	446	247	15	708
Subtotal	10.266	525	25.655	36.445	1.645	1.359	30.010	33.015

Vencido

	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Setor Privado								
Serviço	34	62	217	313	1.733	434	4	2.171
Indústria	34	477	55	566	142	248	16	406
Comércio	91	245	295	631	441	190	7	638
Rural	-	-	-	-	-	-	7	7
Pessoa Física	17	36	31	84	174	76	42	292
Subtotal	176	820	598	1.594	2.490	948	76	3.514

4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A VENCER

	30.06.2019					30.06.2018	
Nível de risco	Até 180 dias	de 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	3.287	427	4.644	8.358	0,50%	26	48
B	5.898	88	11.903	17.889	1,00%	126	195
C	55	-	8.438	8.493	3,00%	253	82
D	181	-	136	317	10,00%	14	-
E	838	-	-	838	30,00%	-	35
F	-	-	-	-	50,00%	-	-
G	5	8	485	498	70,00%	345	511
H	3	1	48	52	100,00%	51	386
Total	10.267	524	25.654	36.445		816	1.257

VENCIDO

	30.06.2019					30.06.2018	
Nível de risco	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	-	-	-	-	0,50%	15	2
B	87	-	-	87	1,00%	53	4
C	77	161	-	238	3,00%	9	9
D	-	33	-	34	10,00%	21	75
E	-	14	-	14	30,00%	256	429
F	-	174	-	174	50,00%	87	130
G	-	55	-	55	70,00%	42	8
H	12	383	598	992	100,00%	994	76
Total	176	820	598	1.594		1.477	733

4.3. Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos semestres:

	2019	2018
Saldo no Início do exercício	2.817	1.969
Adições	399	424
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(75)	(390)
Reversões	(34)	(46)
Baixa	(814)	34
Saldo no Final do semestre	2.293	1.991

5. Outros Créditos

Os valores registrados em Outros Créditos estão representados, conforme demonstrado a seguir:

	jun/19	jun/18
Impostos e Contribuições a Compensar	21	18
Devedores Diversos - País	28	31
Despesas Antecipadas	26	26
Serviços Prestados a Receber	10	61
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1	10
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	1	2
	<u>87</u>	<u>149</u>

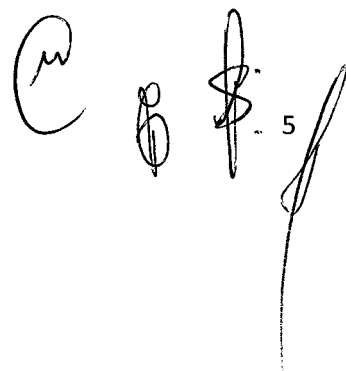
6. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2019	Saldo em 30/06/2018
PERMANETE	558	(327)	-	231	277
<u>Imobilizado de Uso</u>	146	(20)	-	126	167
Móveis e Equipamentos de Uso	399	-	-	399	398
Aparelho de Refrigeração	50	-	-	50	50
Máquinas e Equipamentos	56	-	-	56	56
Mobiliários	293	-	-	293	292
Sistema de Processamento de Dados	358	2	-	360	358
Sistema de Processamento de Dados	358	2	-	360	358
(Depreciação e Amortização)	(611)	(22)	-	(633)	(589)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equip. de Uso	(259)	(20)	-	(279)	(239)
(-) Aparelho de Refrigeração	(33)	(2)	-	(35)	(30)
(-) Máquinas e Equipamentos	(37)	(3)	-	(40)	(34)
(-) Mobiliários	(189)	(15)	-	(204)	(174)
(-) Deprec. Acum. Sist. De Proc. de	(353)	(2)	-	(355)	(351)
(-) Sistema De Proc. De Dados	(353)	(2)	-	(355)	(351)
<u>Intangível</u>	412	(307)	-	105	110
Licença De Uso De Software	2.052	2	-	2.054	1.440
(-) Amortização Licença De Uso De Software	(1.640)	(309)	-	(1.949)	(1.329)

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 30 de junho de 2019, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGEFEPE.



7. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do BNDES, FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente, conforme demonstrado a seguir:

Passivo Circulante

	2019	2018
Obrigações por Repasses-BNDES	411	204
Obrigações por Repasses – FINEP	347	155
Obrigações por Repasses – BNB	151	75
	909	435

Exigível a Longo Prazo

	2019	2018
Obrigações por Repasses-BNDES	2.909	3.525
Obrigações por Repasses – FINEP	1.034	1.559
Obrigações por Repasses – BNB	549	773
	4.492	5.857

- Os recursos do BNDES, são corrigidos pela URTJLP, possuem garantia de contrato entre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia do Recife e o Ministério da Saúde;
- Os recursos do FINEP, são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas.
- Os Recursos do BNB, são PRE – Fixados e apresentaram garantias reais de painéis solares.

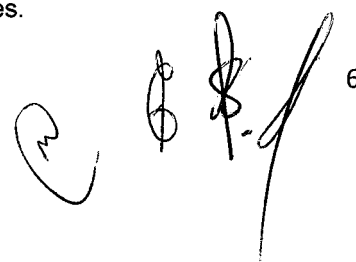
8. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Representam as obrigações da Instituição, principalmente, para com o Governo Federal, relativas a Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros, Impostos e Contribuições sobre salários e PIS/COFINS sobre as receitas.

	jun/19	jun/18
INSS	56	49
IRRF	22	19
COFINS	24	26
FGTS	13	11
IOF	46	36
PIS	4	4
ISS	4	4
TOTAL	169	149

9. Outras Obrigações - Diversas

Compreende as provisões das despesas administrativas do mês de junho/2019 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 e 13º salário dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do semestre, e outros credores.



	jun/19	jun/18
Provisão Outras Despesas Administrativas	337	245
Provisão de Férias e Encargos	260	294
Credores Diversos	158	160
TOTAL	755	699

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 65.410, representado por 64.354.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

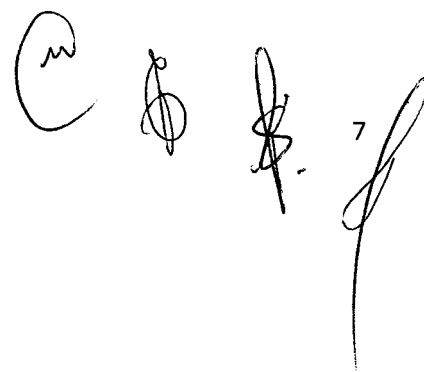
O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

	2019		2018	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Acionistas				
Estado de Pernambuco	65.000.000	99,37%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,53%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,08%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,02%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	65.410.010	100,00%	65.410.010	100,00%

11. Despesa de Pessoal e Honorários

	1º Sem. 2019	1º Sem. 2018
Ordenado e Representação	608	560
INSS	272	252
Honorários	345	289
Alimentação	172	144
Férias	103	99
FGTS	78	72
13º Salário	75	65
Outras	25	14
	1.678	1.495



12. Outras Despesas Administrativas e tributárias

	1º Sem. 2019	1º Sem. 2018
Manutenção e Conservação	61	73
Processamento de Dados	39	38
Publicações	113	106
Serviços de Terceiros	77	79
Serviços Técnicos Especializados	889	910
Aluguéis	149	165
Comunicação	36	38
Serviços de Vigilância	102	93
Taxas Diversas	49	-
Cartórios e Emolumentos	60	-
Serviços Financeiros	39	48
Tributaria e Outras	103	111
	<u>1.717</u>	<u>1.661</u>

13. Divulgação sobre Partes Relacionadas

Nos 1º. semestres de 2019 e 2018, a AGEFEPE não teve nenhuma operação com partes relacionadas.

14. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

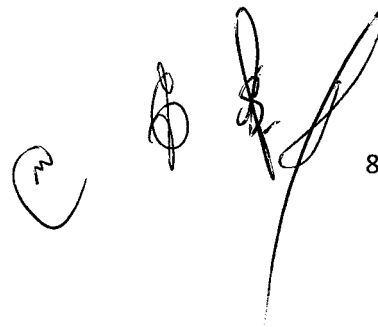
A gestão de riscos da AGEFEPE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

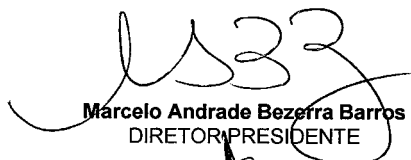
b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

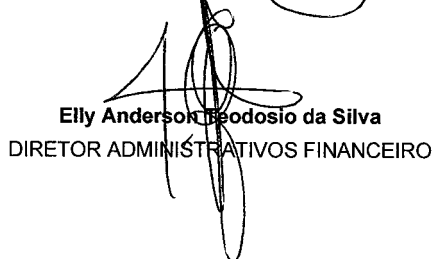


c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.



Marcelo Andrade Bezerra Barros
DIRETOR PRESIDENTE



Elly Anderson Teodosio da Silva
DIRETOR ADMINISTRATIVOS FINANCEIRO



Leonardo Angelo de Souza Santos
DIRETOR DE NEGÓCIOS



Teotimo Soares de Almeida
CONTADOR - CRC/PE Nº 022.654/O-0

